

A escolarização como canal de ampliação de espaços para a mulher na Primeira República

Profº. Dr. Sebastião Pimentel Franco.- UFES

Desde o período colonial, instalou-se no imaginário da sociedade a idéia de submissão da mulher. A história registra, no entanto, tentativas das mulheres de enfrentamento da situação adversa que lhes era imposta. Esse enfrentamento permaneceu, durante séculos, na obscuridade.

Hahner (1981) aponta como conseqüência do fenômeno o fato de que os homens, como transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aqueles que julgavam importantes. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciavam consideravelmente daquelas exercidas pelos homens, foram consideradas sem significado e até indignas de menção.

No Brasil, através dos tempos, foi-se constituindo o preconceito da inferioridade da mulher em relação ao homem, cristalizado em papéis estereotipados.

O estabelecimento de uma estrutura agrária, latifundiária e escravocrata fortaleceu o regime paternalista. A falta de centralização administrativa, a constituição de grandes latifúndios e a dispersão populacional contribuíram para que a sociedade brasileira no nordeste açucareiro litorâneo – principal região de ocupação do país na época – se caracterizasse pelo patriarcalismo, no qual as relações de caráter pessoal assumiram vital importância. (Samara, 1989).

Sua autoridade era inquestionável sobre sua mulher, a prole, os escravos e também sobre os agregados. Segundo Sodré (1944, p. 103), “Compete-lhe em todos os assuntos o voto decisivo”.

O chefe tinha autoridade absoluta, cabendo a esposa um papel restrito, havendo uma convicção do direito natural de o pai mandar e ser obedecido ”A ele competia

determinar o grau de instrução, a profissão, a escolha afetiva e sexual dos seus dependentes” (Costa, 1987, p. 78).

Ao se estabelecer que as funções feministas deveriam estar restritas ao lar e as masculinas associadas com a rua – o mundo público – estabeleceu-se em verdade uma profunda desigualdade entre essas funções. Culturalmente, passaram-se a valorizar as funções masculinas, em detrimento das funções feministas.

Ser mãe esposa, dona de casa era a maior virtude da mulher. Essa ideal era pregado pela “Igreja, ensinado pelos médicos e juristas, legitimado pelo Estado...” (Maluf, 1998, p. 359).

Apesar de existir uma ideologia interditando a mulher, muitas delas acabaram rebelando-se contra o papel que lhes era imposto. Muitos conflitos existiram por causa de casamento indesejados, por não aceitarem a violência física e simbólica a que eram submetidas, por não aceitarem uma vida em que o esposo não as realizava como esposas ou como mulheres, ou por sentirem desrespeitadas.

Existe farta documentação evidenciando na história brasileira a insubordinação de mulheres que não aceitaram docilmente a repressão a que estiveram submetidas frente ao poder instituído pelo gênero masculino. A historiografia brasileira é pródiga em exemplificar casos de mulheres que contestaram a hegemonia masculina. Não obstante, as condições sociais postas, os padrões morais, éticos e de valores, aliado à dependência econômica em que quase sempre viveram as mulheres, determinaram que as relações macho e fêmea no Brasil, só se alterassem de forma lenta e gradual. As vozes femininas discordantes da estrutura social vigente eram minoria e, por isso mesmo, quase sempre sufocadas. Apesar disso, tiveram papel decisivo, pois possibilitaram que lenta e gradualmente mudanças significativas viessem a ocorrer. A alteração na cultura social e no papel que a mulher desempenha hoje na sociedade foi sem dúvida uma conquista possível graças à ação de mulheres pioneiras no que se refere à contestação de seu status quo na sociedade brasileira desde os tempos coloniais.

A participação mais ativa da mulher brasileira na sociedade iniciou-se com a vinda da Família Real para o Brasil, a partir de profundas alterações que começaram a acontecer. Entre essas alterações, a mais significativa foi referente à garantia de acesso da mulher à instrução.

A escolarização abriu para as mulheres novas oportunidades de melhor se prepararem para o ingresso no mercado de trabalho, garantindo-lhes um início de profissionalização. Isso, não ocorreu de forma abrupta, pois, entre a garantia do direito e a possibilidade da escolarização das mulheres houve um significativo hiato de tempo.

O fato é que a escolarização abriu para as mulheres a possibilidade de tomar conhecimento de novas realidades, inclusive da sua realidade, fazendo-as enxergar cada vez mais claro a opressão a que eram submetidas, o que as levou a buscar romper essa estrutura.

A luta desesperada de algumas mulheres contra a opressão e dominação a que viviam submetidas, pode ser exemplificada pela história de uma jovem normalista e professora do Espírito Santo, que ousou lutar por seus direitos e contestar as injustiças dos homens do poder.

A “heroína” Joana Passos não se curvou à estrutura social vigente e tentou de todas as formas superá-la. Lutou contra a oligarquia poderosa, contra as autoridades governamentais, contra elementos da sociedade que tentavam regular e normatizar as ações cotidianas das mulheres.

Joana Passos era uma jovem órfã e pobre que graças à possibilidade de ascensão social que a escolarização permitia conseguiu freqüentar o curso normal e ingressar no magistério através de concurso.

As oligarquias poderosas facilitavam a vida de seus apadrinhados políticos, mas, em contrapartida, eram extremamente rigorosas com os rebeldes ou seus opositores. Demitir, remover professores que contrariavam o poder das oligarquias foi uma regra no Brasil; no Espírito Santo não foi diferente. A professora em questão conheceu as arbitrariedades do

poder, por supostamente se rebelar contra as normatizações que eram supostas às mulheres.

Como represália de acordo com o Decreto Lei nº. 299 de 20 de março de 1909, foi exonerada da cadeira que ocupava na região de Regência no município de Santa Leopoldina.

E porque terá sido exonerada a professora Joana Passos? Tomando como referência a documentação alusiva a esse caso, pôde-se verificar que a questão se iniciou devido as denúncias que chegaram ao Inspetor Geral de Ensino, Gomes Cardim contra essa professora. De acordo com essas denúncias, Joana Passos apresentava comportamento desviante quanto às suas funções no magistério, e à sua privada, sob alegação de que andaria sozinha ou em companhias de pessoas de sexo diferente ou ainda pessoas de comportamento moral duvidoso.

Constitui Gomes Cardim um inspetor, Alberico Lyrio dos Santos para verificar o fundamento das denúncias. Num gesto apressado e arbitrário – pois não ouviu a acusada –, afirma o inspetor que a professora ausentava-se da localidade, não observava os horários de trabalho e não cumpria os programas das disciplinas que ministrava. Foi mais além, pois ainda censurou o comportamento da professora, chegando que a comentar que ela andava as vezes só, outras vezes acompanhada de pessoas desclassificadas por lugares pouco freqüentados, a hora avançada (Monteiro, 1912 p. 64-67).

Evidenciar padrão desviante para dessa forma desmoralizar as mulheres foi uma prática muito comum utilizada por homens e advogados no início do século XX, pois assim evitavam que as mulheres conseguissem provar suas inocências quando acusadas. O relatório do Inspetor foi o bastante para que a referida professora fosse afastada do cargo.

Se as autoridades governamentais acreditavam que com essa atitude calariam a voz dessa professora e a fariam se curvar aos desígnios do poder, equivocaram-se redondamente.

Numa luta desesperada por seus direitos, Joana Passos procurou Gomes Cardim para questionar o ato de sua demissão. Esse sugeriu a ela que consiga provar a sua

inocência, conseguindo cartas de moradores da região que abonassem sua conduta moral. Assim o fez a ré.

A carga contra a professora não parou por aí. Os oligarcas manipularam informações, arranjaram testemunhas que refutassem as declarações da ré, chegando a conseguir que as pessoas que haviam assinado um documento pró – Joana declarassem depois que foram enganadas para assim agirem. Alguns chegaram, em novas declarações a acusarem a professora de meretriz. Foi assim dada a “sentença de morte” e dessa forma as autoridades governamentais entenderam que havia provas substanciais para condená-la. Esqueciam, no entanto, o direito primário que todos os cidadãos devem ter, que é o da defesa.

Ainda assim, Joana Passos não se curvou à força dos poderosos. Solicitou ao judiciário que a submetesse ao teste de virgindade. Pensava que com isso derrubaria por terra a acusação de desclassificada moralmente. Realizado o teste, os médicos atestam a virgindade da professora, derrubando, portanto, a mais séria acusação que recaía sobre ela.

A imprensa local chegou a noticiar a vitória da acusada, dizendo que a mesma se submetera ao exame para refutar as “informações levianas e descriteriosas que punham em jogo não somente a conducta de moça como funcionaria, mas também sua conducta pessoal privada”. Comentava ainda que esse foi o único recurso que ela encontrou para provar a sua honestidade, embora se sentisse humilhada por ter que se submeter a tão vexaminoso exame. Segundo ainda o jornal, a “voz da ciência, segura a infallível” provou que era “donzela, impoluta e intangível” e nesse sentido o mesmo jornal reivindica que os danos causados à acusada fossem imediatamente reparados (Jornal Comércio do Espírito Santo, 1909. p. 02).

Ledo engano para aqueles que acreditavam que a oligarquia poderosa, intolerante, discricionária iria se dobrar as evidências do conhecimento científico que tanto propalavam. Uma coisa era acreditar e reconhecer a importância da ciência, outra é aceitar a impetuosidade, o questionamento, a audácia de uma mulher que ousava criticar a contestar os “donos do poder”.

O poder não se curvou as evidências e, valendo-se da autoridade da qual estava investido não reparou os erros cometidos contra Joana Passos. É verdade que o Inspetor Geral do Ensino, Gomes Cardim, “mediante o certificado do exame médico que constitui a negação positiva das acusações feita à ex-professora Joana Passos, quanto à sua dignidade” fez um pedido ao Presidente do Estado objetivando arquivar o inquérito e absolver a professora, reparando as injustiças que foram cometidas contra ela (Jornal do Comércio do Espírito Santo, 1909, p. 01).

Talvez por pressão de outras autoridades governamentais, retrocedeu nessa empreitada e dois meses, depois em seu um relatório disse:

Ao envez da professora acceitar os meus razoaveis conselhos, submeteu-se a um exame que alem de não ter valor perante a sciência, não vinha provar que ela fosse cumpridora dos seus deveres, bem como tivesse a indispensável correcção moral e, valendo-se da imprensa, com linguagem pouco delicada, atacou o meu ato (CARDIM, 1909. p. 24).

Não tendo como provar que a professora transgredira ou violara os dispositivos legais, Joana Passos seria crucificada por desafiar as autoridades constituídas. Foi condenada segundo Soares por ter tido a petulância

De desafiar o autoritário Jerônimo Monteiro, acostumado a dar ordens e ser obedecido e capaz até de enfrentar os adversários a bala. Suprimir escolas, colocar professores em disponibilidade, transferir para localidades distantes eram algumas das punições corriqueiras (SOARES, 1998. p. 76).

Ao final prevaleceu a vontade das autoridades governamentais e a professora Joana Passos não foi readmitida. Poder-se-ia dizer que sua luta foi inglória ou em vão, pois no mundo oligárquico de então não havia espaços para questionamentos (sobretudo de mulheres) de uma suposta “ordem”? Certamente que não. Independente de ter conseguido sair vitoriosa na questão, a contestação, a luta, o não se dobrar às vontades dos homens mandantes da época, atitudes tomadas por Joana Passos tiveram eco e outras mulheres se espelharam em seu exemplo para criticar o mundo de injustiças a que eram submetidas e para reivindicar seus direitos.

A ação de Joana Passos foi também significativa, pois evidenciou que as mulheres não eram tão dóceis como desejavam ou queriam crer os homens da época. Evidenciou ainda que, ao se instruírem foi-lhes possível as mulheres ter uma visão mais ampla de seus direitos e, conseqüentemente, enxergar as injustiças vigentes nessa sociedade.

Recorrer a todas as instâncias, fazer valer sua posição, saber como e de que forma era possível contestar as arbitrariedades dos homens, evidenciou um grau elevado de informação, sobretudo no que se referia ao domínio do conhecimento das leis, mundo esse que, ainda nessa época, era de domínio exclusivo do gênero masculino. A trajetória e o calvário percorrido por Joana Passos para contestar a infâmia, a hipocrisia, a arbitrariedade, a opressão, deixaram claro que as mulheres do início do século XX estavam caminhando rumo a uma profunda e radical transformação nas relações entre os gêneros masculino e feminino. E, nesse sentido apropriar-se do processo educacional, ter acesso a instrução foi de fundamental importância, pois, embora a instrução oferecida às mulheres tivesse por objetivo reproduzir a submissão, ela garantia paradoxalmente uma abertura para o questionamento.

Referências

CARDIM, Gomes. Relatório apresentado ao Emxo. Sr. Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado do Espírito Santo pelo Inspetor geral do Ensino em 28 de julho de 1909. Vitória: Imprensa Oficial. 1909.

COSTA, M. **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e as suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Jornal do Comércio do Espírito Santo – Vitória, 25 de maio de 1909.

MALUF, Marina; Mott, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino**. In: Sevcenko, Nicolau (Org). História da vida privada. Vol. 3. Companhia das Letras: São Paulo, 1998. v. 3. p. 367-421.

SAMARA, Eni Mesquita. **A família brasileira**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SOARES, Renato Viana. **Paradigma São Paulo: a exportação do “modelo” republicano, no início do século xx**. Vitória: Lei Rubem Braga – Darwim, 1998.